



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA

COHAB – Curitiba

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI
ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2019

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019**

Aos

**Acionistas, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT**

Rua Barão de Rio Branco, 45 – Centro – Curitiba – PR
Telefone: (41) 3221-8100 - Site: www.cohab.pr.gov.br
CNPJ (MF): 76.495.696/0001-36

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 10, com exceção dos terrenos registrados no imobilizado, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2) Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A Companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos demais bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase:

3.1) Continuidade do Negócio

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, vem consumindo o “capital próprio” aumentando recorrentemente a cada ano os prejuízos acumulados.

3.2) Eventos Subsequentes

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 24 que passamos a transcrever:

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. No entanto, diante da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do seu efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração da COHAB/CT é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossa empresa, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 25 de abril de 2019, com modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COHAB/CT continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COHAB/CT ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COHAB/CT.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COHAB/CT a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba/PR 22 de junho de 2020.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O-2 “S” PR


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” PR
Sócio Sênior

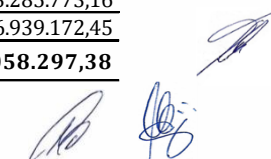

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” PR


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” PR

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT
 CNPJ: 76.495.696/0001-36
BALANÇO PATRIMONIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

ATIVO		2019	2018	PASSIVO		2019	2018
CIRCULANTE	Nota			CIRCULANTE	Nota		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.870.900,69	4.361.584,57	Obrigações com fornecedores	11	2.244.533,46	3.637.635,69
Adiantamentos		811.832,06	654.533,30	Obrigações trabalhistas	12	8.165.571,08	8.772.336,90
Clientes a receber	5	147.680.411,78	140.377.952,29	Encargos trabalhistas	13	5.697.659,08	15.231.423,24
Devedores por financiamentos	5	12.338.783,66	13.053.936,74	Obrigações tributárias	13	4.521.507,55	5.633.394,55
Valores a receber FGTS		76.476,02	10.834,10	Provisão para contingências	14	56.987.389,47	43.023.173,78
Valores a receber seguradora		71.790,35	71.790,35	Empréstimos e financiamentos	15	18.619.774,79	18.212.082,52
Tributos a comp. e recuperar		595.637,35	563.558,48	Créditos a repassar	16	8.071.500,47	7.932.575,50
Estoques	7	220.712.932,41	222.288.961,02	Adiantamento de clientes	17	20.606.246,07	21.031.626,40
Despesas antecipadas		1.566,00	517,25	Outros valores exigíveis		310.826,68	32.843,85
Outros Valores Realizáveis	8	3.375.218,65	3.793.736,87			125.225.008,65	123.507.092,43
		387.535.548,97	385.177.404,97				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Devedores por financiamentos	5	101.020.421,69	99.696.116,33	Obrigações com fornecedores	11	0,00	0,00
Valores a receber FCVS	6	197.607.720,34	191.563.351,93	Obrigações trabalhistas	12	708.547,60	4.751.459,83
Valores em depósitos judiciais	9	4.856.051,74	4.040.026,29	Encargos trabalhistas	13	42.354.098,79	28.179.484,77
Investimentos	10	29.576,50	32.347,01	Obrigações tributárias	13	26.590.393,93	22.326.002,21
Imobilizado	10	6.608.426,33	10.545.840,79	Empréstimos e financiamentos	15	253.454.092,27	264.781.700,93
Intangível	10	1.877,02	3.210,06	Outros valores exigíveis		573.384,76	573.384,76
		310.124.073,62	305.880.892,41			323.680.517,35	320.612.032,50
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	18	360.193.062,08	323.368.121,16
				Adiant.Futuro Aum.de Capital		29.824.939,76	36.824.939,75
				Ajustes de avaliação patrimonial		10.031.884,70	10.031.884,70
				(-) Prejuízos Acumulados		-151.295.789,95	-123.285.773,16
						248.754.096,59	246.939.172,45
TOTAL		697.659.622,59	691.058.297,38	TOTAL		697.659.622,59	691.058.297,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT
CNPJ: 76.495.696/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	2019	2018
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS Nota 19		
Receita de vendas imobiliárias	17.935.420,70	17.986.263,08
Receita de prestação de serviços	8.375.017,49	6.076.439,71
Receita de locação de bens	<u>1.036.187,42</u>	<u>1.059.785,45</u>
	27.346.625,61	25.122.488,24
(-) DEDUÇÃO IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(1.989.845,42)	(2.153.774,25)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25.356.780,19	22.968.713,99
CUSTO COM VENDAS IMOBILIÁRIAS	(5.450.159,14)	(4.541.506,06)
DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS Nota 20		
De Comercialização	(1.017.559,21)	(733.883,56)
De Produção	(20.324,30)	(26.759,30)
De Gestão de Créditos	(4.996.739,51)	(395.052,54)
De Desenvolvimento Comunitário	(166.500,00)	(229.600,00)
Judiciais	<u>(14.010.822,40)</u>	<u>(18.309.368,86)</u>
	(20.211.945,42)	(19.694.664,26)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	Nota 21 (28.762.346,79)	(40.106.336,99)
Encargos de Pessoal	Nota 21 (5.388.500,47)	(5.874.718,38)
Ocupação	(1.238.216,14)	(945.216,72)
Utilidades e Serviços	(671.223,43)	(750.881,98)
Gerais	(2.693.210,96)	(2.115.570,07)
Tributárias	<u>(352.594,91)</u>	<u>(441.778,73)</u>
	(39.106.092,70)	(50.234.502,87)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	(39.411.417,07)	(51.501.959,20)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	9.424.613,90	5.231.493,75
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	26.714.712,14	19.694.125,26
Variações Monetárias Ativas	949.040,44	856.058,41
Despesas Financeiras	(20.387.954,01)	(11.156.424,82)
Variações Monetárias Passivas	(4.012.647,70)	(1.983.046,57)
Impostos incidentes s/receitas financeiras	<u>(1.286.364,49)</u>	<u>(955.583,50)</u>
	1.976.786,38	6.455.128,78
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(28.010.016,79)	(39.815.336,67)
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - R\$	(0,41827)	(0,66227)
Quantidade de ações	66.965.703.548	60.119.352.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT
 CNPJ: 76.495.696/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 e 2017

	Capital Social	Futuro Aumento de Capital	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Anteriores	Prejuízos do Exercício	Total
SALDOS EM 2016	232.578.645,65	63.755.050,99	-	-	(24.228.560,75)	272.105.135,89
Prejuízo Anterior	-	-	-	(24.228.560,75)	24.228.560,75	-
Integralização 126ª AGE	31.821.556,41	(31.821.556,41)	-	-	-	-
Adiant.Futuro Aumento de Capital	-	27.034.423,34	-	-	-	27.034.423,34
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(59.241.875,74)	(59.241.875,74)
SALDOS EM 2017	264.400.202,06	58.967.917,92	-	(24.228.560,75)	(59.241.875,74)	239.897.683,49
Prejuízo Anterior	-	-	-	(59.241.875,74)	59.241.875,74	-
Integralização 128ª e 130ª AGE	58.967.919,10	(58.967.919,10)	-	-	-	-
Adiant.Futuro Aumento de Capital	-	36.824.940,93	-	-	-	36.824.940,93
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	10.031.884,70	-	-	10.031.884,70
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(39.815.336,67)	(39.815.336,67)
SALDOS EM 2018	323.368.121,16	36.824.939,75	10.031.884,70	(83.470.436,49)	(39.815.336,67)	246.939.172,45
Prejuízo Anterior	-	-	-	-	-	-
Integralização 131ª AGE	36.824.940,92	(36.824.940,92)	-	-	-	-
Adiant.Futuro Aumento de Capital	-	29.824.940,93	-	-	-	29.824.940,93
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(28.010.016,79)	(28.010.016,79)
SALDOS EM 2019	360.193.062,08	29.824.939,76	-	(83.470.436,49)	(67.825.353,46)	248.754.096,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT
 CNPJ: 76.495.696/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (MÉTODO INDIRETO)

	2019	2018
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(28.010.016,79)	(39.815.336,67)
Ajustes ao lucro/prejuízo por:		
Depreciação e Amortização	(723.177,00)	97.172,06
Provisão	56.987.389,47	43.023.173,78
Reversão de Provisão	(43.023.173,78)	(30.671.805,95)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	4.696.981,01	2.207,10
Redução (aumento) nos ativos:		
Adiantamentos	(157.298,76)	(242.121,26)
Clientes a receber	(7.302.459,49)	(7.766.367,59)
Devedores por financiamentos	(609.152,28)	6.942.493,77
Valores a receber FCVS	(6.044.368,41)	(5.975.198,84)
Valores a receber FGTS	(65.641,92)	(10.834,10)
Valores a receber seguradora	-	(47.131,62)
Tributos a compensar e recuperar	(32.078,87)	(40.175,87)
Estoques	1.576.028,61	3.018.613,45
Despesas antecipadas	(1.048,75)	(517,25)
Outros Valores Realizáveis	418.518,22	340.734,42
Valores em depósitos judiciais	(816.025,45)	468.303,66
Aumento (redução) nos passivos:		
Obrigações com fornecedores	(1.393.102,23)	(9.736.479,70)
Obrigações trabalhistas	(4.649.678,05)	4.131.108,91
Encargos trabalhistas	4.640.849,86	7.236.549,44
Obrigações tributárias	3.152.504,72	3.628.843,52
Créditos a repassar	138.924,97	242.094,30
Adiantamento de clientes	(425.380,33)	275.720,67
Outros valores exigíveis	277.982,83	(115.673,96)
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(21.363.422,42)	(25.014.627,73)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo imobilizado	(32.286,00)	(35.450,00)
Adições ao ativo intangível	-	-
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(32.286,00)	(35.450,00)
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.919.916,39)	(10.348.714,67)
Recebimento para aumento de capital	29.824.940,93	36.824.940,93
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	18.905.024,54	26.476.226,26
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(2.490.683,88)	1.426.148,53
Disponibilidades no Início do Período	4.361.584,57	2.935.436,04
Disponibilidades no Final do Período	1.870.900,69	4.361.584,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA:

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT é uma sociedade anônima de economia mista e capital fechado, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 2.545, de 29 de abril de 1965, tem sede e foro na Cidade de Curitiba, Rua Barão do Rio Branco nº 45, no Estado do Paraná. A Companhia é regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelo seu Estatuto Social, tendo como Controladora a Prefeitura Municipal de Curitiba.

O objetivo mercantil:

I - Estudar os problemas de habitação na sua área de atuação, através do processo de planejamento participativo, em coordenação com os diferentes órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e também instituições privadas, notadamente no atendimento das necessidades de habitação de interesse social.

II - Executar os programas de regularização fundiária e de infraestrutura objetivando assegurar condições de habitabilidade nas áreas ocupadas, diretamente ou mediante convênio com organismos oficiais ou privados, vinculados ao problema.

III - Fomentar a produção de unidades habitacionais, através de execução de programas habitacionais de interesse social de qualquer modalidade.

IV - Firmar contratos, acordos, convênios ou outros ajustes com órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, para o necessário desenvolvimento de seus objetivos institucionais, podendo inclusive oferecer garantias reais, se exigidas.

V - Atuar como administradora de consórcios de imóveis, de terrenos, de casas pré-fabricadas e de cestas de materiais de construção, destinados ao atendimento de famílias de baixa renda, obedecidos os dispositivos legais aplicáveis.

VI - Desenvolver e estimular pesquisas e estudos de forma a estabelecer padrões de referência, que dentro dos objetivos desejados e dos recursos disponíveis sejam capazes de assegurar, no desenvolvimento dos projetos, a racionalidade na utilização dos recursos técnicos e financeiros. A Companhia poderá participar de outras sociedades quando autorizada por lei, para a utilização de incentivos fiscais em investimentos para o desenvolvimento regional ou setorial.

A Companhia também atua como agente promotor e financeiro do Sistema Financeiro da Habitação, adota as normas, instruções e legislação pertinentes à matéria e igualmente aquelas que regem o Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social - FMHIS na condição de órgão executor.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária em conformidade com os pronunciamentos, interpretações e orientações do comitê de pronunciamentos contábeis – CPC.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS:

a) Caixa e equivalentes de caixa





Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários que possam ser sacados a qualquer momento e com pouco risco de alteração de valor, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício.

b) Operações Ativas e Passivas

As operações ativas e passivas relacionadas com financiamentos aos mutuários e empréstimos são registradas pelo valor principal, atualizado monetariamente, acrescido dos respectivos rendimentos e encargos incorridos, adotando-se para apropriação a Unidade Padrão de Referência - UPR de 31 de dezembro.

c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre os valores a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. O critério de constituição da provisão leva em consideração os contratos que se encontram com negativa de cobertura pelo Fundo a serem baixados no decorrer do próximo exercício, conforme posição interna.

d) Redução ao valor recuperável de ativos - ativos não financeiros

Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

e) Estoques

Os estoques de terrenos estão avaliados ao custo de aquisição e os imóveis em elaboração e acabados ao custo de produção. Os gastos de projetos habitacionais e infraestrutura estão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de atualização monetária dos empréstimos a eles vinculados, acrescidos dos encargos até 31 de dezembro de 1995. O custo de unidade é determinado usando-se o método de média ponderada móvel por empreendimento.

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com taxas estabelecidas conforme legislação brasileira.

g) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

i) As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A receita de aluguéis é reconhecida com base na fruição dos contratos

e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação de serviços. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

j) Imposto de renda

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre o lucro contábil e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2019	2018
Caixa	809.400,00	2.468.000,00
Depósitos bancários a vista	300.351,52	361.539,34
Depósitos bancários a vista - vinculados	561.872,84	1.393.431,24
Fundos de investimento - vinculados	91.764,84	88.141,85
Numerários em trânsito	107.511,49	50.472,14
	<u>1.870.900,69</u>	<u>4.361.584,57</u>

A composição do caixa representa os numerários em espécie, disponibilizados para os departamentos a fim de cobrir pequenos gastos e os cheques em nome da Companhia que não foram depositados em conta corrente até o final do exercício. Os depósitos bancários a vista representam os recursos disponíveis e os vinculados a contratos e convênios. Os fundos de investimento vinculados a contratos referem-se a valores de saldo remanescente do montante recebido para a execução de serviços contratados, aplicados na Caixa Econômica Federal. Numerários em trânsito compreende o valor em circulação entre a Companhia e a instituição financeira.

NOTA 05 – CLIENTES A RECEBER:

	2019		2019 Total	2018		2018 Total
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	
Prestações imobiliárias	145.946.881,62	0,00	145.946.881,62	139.733.848,86	0,00	139.733.848,86
Valores de locatários	739.541,57	0,00	739.541,57	593.633,51	55.157,47	648.790,98
Serviços prestados	993.988,59	0,00	993.988,59	50.469,92	0,00	50.469,92
Financiamentos	10.853.203,14	0,00	10.853.203,14	11.022.549,04	87.523.838,87	98.546.387,91
Vendas Compromissadas	1.485.580,52	0,00	1.485.580,52	2.031.387,70	12.117.119,99	14.148.507,69
	<u>160.019.195,44</u>	<u>0,00</u>	<u>160.019.195,44</u>	<u>153.431.889,03</u>	<u>99.696.116,33</u>	<u>253.128.005,36</u>

1) Prestações imobiliárias

Representam o total das prestações vencidas e não pagas pelos mutuários, garantidas pelo imóvel objeto do financiamento. Prestação constituída de amortização, correção, juros e mora.



A Lei Municipal nº 10.915 de 18 de dezembro de 2003, que instituiu o Programa de Repactuação Contratual – PRC, autoriza a renegociação dos contratos firmados nos âmbitos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, recursos próprios da COHAB e Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS, através de acordos financeiros, repactuações por avaliação, regularização das ocupações e repactuações por novação, possibilitando que a Companhia continue atuando junto aos mutuários com a finalidade de reduzir os índices de inadimplência.

2) Contratos de financiamentos e Vendas compromissadas

Representam o total das prestações mensais vincendas de contratos regidos pelas cláusulas estabelecidas pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH, da Caixa Econômica Federal e pelo Sistema de Financiamento Próprio. A realização integral dessas prestações ocorrerá até o ano de 2045. As parcelas de curto prazo estão previstas para serem recebidas nos doze meses subsequentes ao encerramento do exercício social

NOTA 06 - FCVS A RECEBER:

	2019	2018
Fundo de Compensação Variações Salariais	197.738.438,09	196.701.668,21
Provisão para perdas junto ao FCVS	-130.717,75	-5.138.316,28
	<u>197.607.720,34</u>	<u>191.563.351,93</u>

O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH tem como função garantir perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação e os reajustes salariais.

Em atendimento a Lei nº 10.150 de 21/12/2000 (art. 2º § 3º), a Companhia optou pela novação de dívidas relativas aos contratos de mutuários assinados até 31/12/1987, em cem por cento do valor do saldo devedor. Consequentemente, os saldos já quitados foram transferidos de Devedores por Financiamentos para FCVS a Receber, cujo recebimento ocorrerá mediante abatimento da dívida junto a Caixa Econômica Federal.

Continuam sendo desenvolvidos os processos de depuração dos contratos com cobertura do FCVS, sendo procedida à análise e conferência dos mesmos, dentro das normas e procedimentos definidos pela Caixa Econômica Federal, para adequação dos valores baixados nos saldos a receber dos mutuários ao que efetivamente será homologado.

NOTA 07 – ESTOQUES:

	2019	2018
Bens imóveis acabados	33.496.696,85	32.074.595,27
Bens em fase de desenvolvimento	184.455.510,00	186.832.099,21
Projetos em fase de desenvolvimento	2.760.725,56	3.382.266,54



220.712.932,41 222.288.961,02

- a) Bens imóveis acabados referem-se a unidades do Sistema Financeiro de Habitação, unidades Próprias e lojas comerciais disponíveis para comercialização.
- b) Bens em fase de desenvolvimento referem-se a terrenos e edificações em regularização disponíveis em conjuntos habitacionais para futura comercialização. Demonstrados ao custo de aquisição e outros custos de operacionalização atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- c) Projetos em fase de desenvolvimento representa o montante dos custos futuros dos imóveis a serem comercializados. Gastos na construção de projetos habitacionais e infraestrutura.

NOTA 08 – OUTROS VALORES REALIZÁVEIS:

	2019	2018
Salários a recuperar cedidos	1.350.126,41	1.446.000,52
Aluguel/condomínio a recuperar	2.025.092,24	2.347.736,35
Outros	0,00	0,00
	<u>3.375.218,65</u>	<u>3.793.736,87</u>

Os valores correspondem à cessão de alguns funcionários e a disponibilidade de espaço físico a órgãos ou empresas na esfera Municipal ou Estadual através de acordo ou convênio.

NOTA 09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

	2019	2018
Processos trabalhistas	1.209.377,15	1.221.103,47
Processos de mutuários	1.184.743,27	1.036.378,14
Processos de fornecedores	61.012,66	57.405,64
Processos de desapropriação	2.395.421,45	1.719.946,32
Outros processos	5.497,21	5.192,72
	<u>4.856.051,74</u>	<u>4.040.026,29</u>

Referem-se a ações judiciais em que o Poder Judiciário determinou a Companhia efetuar os depósitos para impetrar recursos. A quase totalidade dos créditos trabalhistas decorre de ações em que a Companhia foi sentenciada com responsabilidade subsidiária. Os depósitos judiciais são corrigidos, na sua maioria, pela Taxa Referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:



Imobilizado	Taxa Anual (%)	Custo	Depreciação Acumulada	2019	2018
				Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	6.505.131,71	0,00	6.505.131,71	10.397.280,33
Edificações	4,00	372.003,19	320.725,18	51.278,01	60.696,51
Computadores e Periféricos	20,00	1.427.678,69	1.405.899,99	21.778,70	12.480,09
Máquinas, equip. e instalações	10,00	309.964,80	288.273,74	21.691,06	13.645,11
Móveis e utensílios	10,00	945.995,66	937.448,81	8.546,85	32.238,75
Veículos	20,00	30.201,31	30.201,31	0,00	29.500,00
		9.590.975,36	2.982.549,03	6.608.426,33	10.545.840,79

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e no ano corrente a Companhia realizou a reavaliação dos terrenos existentes no imobilizado por ajuste de avaliação patrimonial. Até a data de aprovação das demonstrações financeiras não foram identificadas perdas por impairment. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens.

Os Investimentos e Intangível são demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A amortização do intangível é calculada pelo método linear no prazo máximo de 5 anos.

NOTA 11- OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES DE SERVIÇOS E MATERIAIS

	2019	2018
Companhia Excelsior de Seguros	464.609,58	1.388.207,77
J Malucelli Locações S/A	249.176,01	234.842,13
American Life Companhia de Seguros	116.642,25	142.306,21
Outros fornecedores	115.082,67	569.288,87
	945.510,51	2.334.644,98

NOTA 12- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2019		2019	2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Salários a pagar	379.585,96	0,00	379.585,96	346.133,03
Programa de demissão voluntária	4.042.911,80	708.547,60	4.751.459,40	9.040.465,39
Provisão férias com encargos	3.635.304,40	0,00	3.635.304,40	3.820.672,45
Outras obrigações	107.768,92	0,00	107.768,92	316.525,86
	8.165.571,08	708.547,60	8.874.118,68	13.523.796,73

NOTA 13 – ENCARGOS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

2019	2019	2018	2018

	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Encargos trabalhistas						
IRRF a vencer	477.757,29	0,00	477.757,29	433.066,95	0,00	433.066,95
IRRF vencido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSS a vencer	579.924,19	0,00	579.924,19	555.074,59	0,00	555.074,59
INSS vencido	0,00	0,00	0,00	14.012.538,92	0,00	14.012.538,92
INSS parcelado	4.413.260,00	15.174.340,69	19.587.600,69	0,00	0,00	0,00
INSS penhora	0,00	27.179.758,10	27.179.758,10	0,00	28.179.484,77	28.179.484,77
FGTS a vencer	220.773,49	0,00	220.773,49	225.309,16	0,00	225.309,16
Retidos e outros	5.944,11	0,00	5.944,11	5.433,62	0,00	5.433,62
	5.697.659,08	42.354.098,79	48.051.757,87	15.231.423,24	28.179.484,77	43.410.908,01

	2019		2019	2018		2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações tributárias						
PIS/COFINS a vencer	265.035,16	0,00	265.035,16	1.186.980,03	0,00	1.186.980,03
PIS/COFINS vencido	3.006.115,99	0,00	3.006.115,99	4.439.994,35	0,00	4.439.994,35
PIS/COFINS parcelado	719.806,02	2.134.455,41	2.854.261,43	0,00	2.744.785,93	2.744.785,93
PIS/COFINS penhora	0,00	20.046.259,97	20.046.259,97	0,00	15.142.268,65	15.142.268,65
PIS/COFINS diferido	525.061,44	4.409.678,55	4.934.739,99	0,00	4.438.947,63	4.438.947,63
Retidos e outros	5.488,94	0,00	5.488,94	6.420,17	0,00	6.420,17
	4.521.507,55	26.590.393,93	31.111.901,48	5.633.394,55	22.326.002,21	27.959.396,76

A Procuradoria da Fazenda Nacional aceitou a penhora de um amplo terreno como garantia de execução da dívida acumulada de INSS empresa, PIS e COFINS no montante de R\$ 47.226.018,07. O valor de R\$ 22.441.862,12 encontra-se parcelado e registrado pelo valor principal, sendo os respectivos encargos incorridos reconhecidos durante o exercício. A Companhia atualmente analisa negociar o valor de R\$ 3.006.115,99 vencidos. Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

NOTA 14 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

A Companhia adota a prática de registrar provisões sobre contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, mediante análise dos consultores jurídicos quanto aos riscos de êxito das ações. Os valores provisionados são atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos e estão identificados a seguir:

	2019	Ingresso e atualizações	Liquidação/Baixas	2018
Provisão Contingência Judicial	56.987.389,47	14.326.432,67	0,00	42.660.956,80
	56.987.389,47	14.326.432,67	0,00	42.660.956,80

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS:



Os empréstimos classificados no longo prazo possuem vencimento entre 2018 e 2026, sendo atualizados monetariamente pela variação da Unidade Padrão de Referência - UPR e garantidos pela hipoteca dos imóveis a que se destinaram e estão assim representados:

	<u>Tx Juros a.a</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa Econômica Federal - CEF	1,5 a 5%	272.001.070,03	282.993.783,45
Companhia de Habitação Pop.do Paraná		72.797,03	72.797,03
		<u>272.073.867,06</u>	<u>283.066.580,48</u>
Parcelas a Curto Prazo		18.619.774,79	18.212.082,52
Parcelas a Longo Prazo		253.454.092,27	264.854.497,96

NOTA 16 – CRÉDITOS A REPASSAR:

Obrigações por gestão de créditos representam os valores pendentes de repasse provenientes de contratos de administração de créditos em regime de parceria, atualizados monetariamente pela variação da Unidade Padrão de Referência – UPR.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a Transferir ao Mutuário	111.382,57	333.635,93
Obrigações por Gestão de Créditos	5.507.797,96	5.204.961,80
Créditos a Repassar	2.452.319,94	2.393.977,77
	<u>8.071.500,47</u>	<u>7.932.575,50</u>

NOTA 17 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxa de Ocupação	19.406.754,41	19.939.144,55
Aquisição de Terrenos	336.635,38	336.635,38
Infraestrutura	688.590,74	688.590,74
Entradas e Cauções	174.265,54	67.255,73
Outros adiantamentos	0,00	0,00
	<u>20.606.246,07</u>	<u>21.031.626,40</u>

Correspondem a valores recebidos antecipadamente por conta da assinatura de termos de concessão de uso de imóveis em loteamentos ainda não registrados nas competentes circunscrições imobiliárias. À medida que ocorre a aprovação dos projetos e o registro, os termos são transformados em promessas de compra e venda mediante condições usualmente adotadas na aquisição de moradia própria com recursos da COHAB-CT. Esses valores são atualizados pela variação da Unidade Padrão de Referência - UPR.

NOTA 18 – CAPITAL SOCIAL:

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 66.965.703.548 (sessenta e seis bilhões, novecentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e três mil e quinhentos e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.



NOTA 19 – DETALHAMENTO DA RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS:

	2019	2018
Receita de vendas imobiliárias		
Venda e revenda de terrenos	16.818.044,81	17.539.591,82
Taxas de registro e escritura	399.986,70	277.926,22
Outras receitas	717.389,19	168.745,04
	<u>17.935.420,70</u>	<u>17.986.263,08</u>
Receita de prestação de serviços		
Agente produtor externo	510.263,93	392.913,13
Projetos	573.784,77	308.333,18
Serviços Pref.Munic.Curitiba	5.502.341,75	3.783.004,86
Correspondente bancário	137.820,18	128.569,68
Taxa adm.e cobrança	1.024.704,31	992.238,70
Outras Receitas	626.102,55	471.380,16
	<u>8.375.017,49</u>	<u>6.076.439,71</u>
Receita com locação de bens	1.036.187,42	1.059.785,45
	<u>1.036.187,42</u>	<u>1.059.785,45</u>
Total	<u>27.346.625,61</u>	<u>25.122.488,24</u>

NOTA 20 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS:

	2019	2018
Despesas de Comercialização		
De recuperação de unidades	604.772,69	226.933,33
De divulgação e propaganda	2.610,00	12.873,00
De registros e escrituras	157.181,91	50.605,73
Outras Despesas	252.994,61	443.471,50
	<u>1.017.559,21</u>	<u>733.883,56</u>
Despesas de Produção		
Planejamento e Elaboração de Projetos	7.671,43	5.663,61
Licitação	0,00	3.800,00
Outras Despesas	12.652,87	17.295,69
	<u>20.324,30</u>	<u>26.759,30</u>
Despesas de Gestão de Créditos		
Taxas e Comissões	20.751,64	21.136,03
FCVS Negativa de Cobertura pela CEF	0,00	0,00
FCVS - Responsabilidade Agente	0,00	0,00
Outras Despesas de Gestão de Créditos	4.975.987,87	373.916,51
	<u>4.996.739,51</u>	<u>395.052,54</u>
Despesas de Desenvolvimento Comunitário		
Auxílio moradia	166.500,00	229.600,00
Outras Despesas	0,00	0,00
	<u>166.500,00</u>	<u>229.600,00</u>
Despesas Judiciais	14.010.822,40	18.309.368,86
Total	<u>20.211.945,42</u>	<u>19.694.664,26</u>



NOTA 21 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	2019	2018
Despesas de Pessoal		
Salários e ordenados	10.744.441,65	10.965.347,61
Honorários e gratificação da diretoria	622.549,71	631.854,37
Gratificação	5.747.775,92	6.658.526,42
Adicional tempo de serviço	1.757.970,22	1.805.297,52
Indenizações (PDV)	0,00	9.318.971,41
Férias e 13º Salário	5.213.767,58	5.758.240,51
Vantagem de pessoal	7.531.751,58	8.055.873,85
Estagiários e aprendizes	715.593,30	462.612,74
Ressarcimento de funcionários cedidos	-3.571.503,17	-3.550.387,44
	28.762.346,79	40.106.336,99
Encargos de pessoal		
INSS	4.872.705,89	5.829.760,64
FGTS	1.486.659,38	1.781.635,08
Ressarcimento de funcionários cedidos	-970.864,80	-1.736.677,34
	5.388.500,47	5.874.718,38

NOTA 22 - SEGUROS:

Os bens do ativo permanente, estoques, acervo documental e instalações contam com a cobertura de seguro, cujos valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

NOTA 23 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. No entanto, diante da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do seu efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.







AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br